

# FAZER DESIGN NO ANTROPOCENO: CONFLUÊNCIAS AFRO-INDÍGENAS E A RETOMADA DO FAZER JUNTO EM MEIO À DIFERENÇA

*Designing in the Anthropocene: Afro-indigenous confluences and the reclaiming of making together in the midst of difference*

Zoy Anastassakis

zoy@esdi.uerj.br

## Resumo

A fim de discutir como podemos fazer design no antropoceno, nesta comunicação, apresentamos a trajetória de uma série de pesquisas que se organizam por meio de ações extensionistas combinadas a atividades de ensino, que tem como propósito atualizar e ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem em design para além do paradigma dominante no campo, que se organiza segundo abordagens desenvolvimentistas, industrialistas, elitistas e, na maioria das vezes, racistas. Buscando contribuir para a retomada do fazer junto em meio à diferença no campo dos estudos em design, hoje, em um primeiro momento, discutimos o fazer design diante do antropoceno; em seguida, comentamos sobre as confluências afroindígenas que temos vivenciado na escola de design onde acontecem esses projetos; por fim, apresentamos o projeto de extensão “Cozinha das Tradições”, a partir de onde ensaiamos colocar em prática as questões de pesquisa levantadas nas duas primeiras sessões desta comunicação.

**Palavras Chave:** antropoceno; confluências afro-indígenas; fazer coisas junto.

## Abstract

*In order to discuss how we can make design in the Anthropocene, in this communication we present the trajectory of a series of research projects that are organized through extension actions combined with teaching activities, the purpose of which is to update and expand the possibilities of teaching and learning in design beyond the dominant paradigm in the field, which is organized according to developmentalist, industrialist, elitist and, most of the time, racist approaches. In an attempt to contribute to the resurgence of making things together in the midst of difference in the field of design studies, today, we first discuss design making in the face of the Anthropocene; then we comment on the Afro-indigenous confluences that we have experienced at the design school where these projects take place; finally, we present the “Kitchen of Traditions”, an extension project, from where we are trying to put into practice the research questions raised in the first two sections of this communication.*

**Keywords:** anthropocene; afro-indigenous confluences; making things together.

## 1 Introdução

Usualmente, tomamos os espaços onde estão construídos os *campus* das universidades como lugares para onde vamos e voltamos, para estudar, se somos alunos, ou para ensinar, se somos professores. Fazemos uso dos espaços que abrigam as instituições de ensino como recursos, onde processos de ensino e aprendizagem encontram as condições (mais ou menos) propícias para acontecer. Não é comum percebermos esses espaços como lugares de habitação, lugares de vida, lugares com história.

Hoje, sou professora em uma escola de design, em uma universidade pública, no Rio de Janeiro. Nos anos 1990, foi lá que obtive meu grau de bacharel em desenho industrial. Quando eu era ainda uma estudante, um professor dizia, rindo, que ali, em baixo das salas de aula, diziam, haveria um cemitério indígena. Aquilo nunca me soou como uma piada, mas, sim, como um comentário inadequado, inapropriado, desastroso. Quando me tornei professora da escola, 20 anos depois, terminei por organizar minhas propostas de aula com os estudantes em torno da inquietação que me movia desde os tempos de estudante: o que vive nesse lugar? Como podemos nos relacionar com esse espaço considerando o que ali está, quem ali vive e viveu, o que estava ali antes da instituição de ensino, e, mais ainda, antes da construção daquelas edificações?

Nos meus primeiros anos como professora, propus, então, uma série de experiências que implicavam em sairmos das salas de aula, passeando pelo *campus*, e pelo entorno da escola, tentando observar, perceber, notar e anotar o que encontrávamos ali. Desses exercícios, emergiu a proposta de construir dispositivos que facilitassem nossas conversas com as pessoas que encontrávamos, na rua, ou no *campus*. Investimos, então, em criar meios para estabelecer conversas, em campo. Fazíamos uso, assim, de meios e métodos do design de comunicação visual para estimular conversas e construir relações.

Em seguida, junto a alguns alunos de doutorado e de graduação, iniciamos uma investigação sobre a região central da cidade, onde foi construído o conjunto arquitetônico que abriga a escola. Ali havia cinco lagoas, o que configurava a região onde se instalou o centro da cidade do Rio de Janeiro como úmida, pantanosa, incrustada entre a montanha, a floresta, o mangue e as águas da Baía de Guanabara. Antes da invasão de franceses, e, em seguida, de portugueses, habitavam a região litorânea do Rio de Janeiro povos Tamoio, uma denominação que dá conta de um coletivo de comunidades indígenas de diversas etnias que habitavam o litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, e que se aliaram aos franceses contra os portugueses.

Em tupi, Tamoio quer dizer avós, ou seja, os mais antigos dentre os povos Tupi a viver naquela região. Na margem sul da Baía de Guanabara, viviam os Tupinambá. A batalha de Uruçumirim, que culminou com a vitória portuguesa e a instalação da cidade, aconteceu a poucos metros do nosso *campus*, no monte onde hoje se encontra o Outeiro da Glória. Portanto, é importante lembrar que o espaço que hoje abriga esta instituição de ensino é território Tupinambá.

Ao longo desses séculos, as cinco lagoas foram aterradas, vários montes foram desmontados e sua terra usada para aterrar as lagoas. Se forjou, assim, um solo plano onde foi construída a cidade colonial. O espaço onde se encontra a escola de design é parte de um território usurpado pelos colonizadores portugueses, que na década de sessenta do século 20 recebeu uma delegação alemã, incumbida de criar, ali, uma escola de desenho industrial que formasse profissionais aptos a atuar na então iminente industrialização do Brasil. A escola surge, então, de um projeto desenvolvimentista, em um território marcado por cinco séculos de exploração colonial e extrativista.

O empreendimento colonial que se instala no Brasil no século XVI pretende inviabilizar os modos de vida originários, quando se instala por meio da imposição de um sistema de monocultura, que oferece como alternativas infernais aos que aqui viviam, e às populações escravizadas traficadas desde o continente africano, a assimilação ou o extermínio. *Design*, como um modo de produção de conhecimento moderno ocidental, carrega muitas das marcas da colonização em seus modos de produção e em sua difusão pelo mundo, levada a cabo, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

A escola de design surgiu, na metade do século XX, em meio a um projeto desenvolvimentista, que instituiu a urbanização e a industrialização como vetores para o que veio a ser identificado como “progresso nacional”. A proposta, com a criação de uma escola de desenho industrial, era formar mão de obra qualificada para atuar junto ao parque industrial que o país contava estabelecer. Entretanto, tal projeto nacional de desenvolvimento acelerou o extrativismo e a hegemonia monocultural, impondo outros modos de colonização, na medida em que forçou, ainda mais, o deslocamento de populações de seus territórios, levando-as a se fixarem nas periferias da cidade, como trabalhadores empobrecidos e cada vez mais precarizados, a serviço dos processos de urbanização e industrialização que se impunham.

Ao longo dos seus primeiros 40 anos, a escola recebeu estudantes de classe média ou alta, e, em sua quase totalidade, brancos, forjando, assim, uma classe profissional bastante elitista. Ainda nos anos 1970, o currículo da escola serviu de modelo para a criação de outras instituições de ensino superior no país, replicando um modelo educacional em design eurocentrado e orientado para o desenvolvimento industrial. Isso não impediu, contudo, que, ainda nos seus primeiros tempos, outras vertentes (Anastassakis, 2014) se manifestassem na escola, engajadas com a responsabilidade social desta prática profissional.

Há vinte anos atrás, nossa universidade foi a primeira a adotar políticas afirmativas para ingressos de estudantes de graduação com reservas de vagas para cotas raciais e sociais. Assim, hoje, quase metade dos estudantes na universidade são pessoas negras, ou oriundas de famílias de baixa renda. A política de cotas, que transformou completamente o cenário das universidades públicas brasileiras nos últimos anos, ampliando o número de mestres e doutores negros, indígenas e pobres, alterou, também, a vida nesta escola de design, que hoje forma não somente designers brancos e socialmente privilegiados, mas, sim, pessoas negras e pobres, que, assim, tem vindo a disputar as posições profissionais até então ocupadas, exclusivamente, por pessoas brancas de classe média ou alta.

Apesar de contar com a reserva de vagas para indígenas, a universidade em que se situa nossa escola não consegue, ainda, atrair, nem tampouco fixar estudantes indígenas em seus cursos. Assim, há ainda um longo caminho a ser percorrido na promoção de ações afirmativas que ampliem o acesso ao ensino e à pesquisa às populações historicamente violentadas pelo Estado que se instalou após a separação da colônia da metrópole portuguesa. Ainda há muito por fazer, também, no que tange à ampliação do acesso de pessoas racializadas e pobres à pós-graduação e ao corpo docente.

Buscando abrir espaço para outras presenças na escola de design, em 2017 montamos um projeto de extensão universitária que convida pesquisadores e artistas indígenas a visitar o *campus*, interagindo com os estudantes e professores. Foi com este projeto que estreitamos relações de parceria com Alberto Álvares, Denilson Baniwa, Francisco Baniwa, Francly Baniwa, Ibã Sales Huni Kuin, Idjahure Terena, e Sandra Benites, dentre outros antropólogos, pesquisadores e artistas indígenas. Desde então, os encontros entre nossos convidados indígenas e os estudantes

negros e demais cotistas, em sala de aula, tem sido muito intensos, cheios de *insights*. A partir desses encontros, comecei a pensar em como seria possível sustentar, de modo mais continuado, a abertura e manutenção de espaços para encontros como os que passamos a presenciar, na escola, com este projeto de extensão.

Mais recentemente, este projeto se desdobrou em outro, de base extensionista, em que parceiras e parceiros indígenas se juntam a quilombolas e membros de comunidades de terreiro, em atividades que gravitam em torno de uma cozinha, instalada a céu aberto, em parte do nosso *campus*, no final de 2023. Com esse novo projeto, se ampliam as confluências afroindígenas que se manifestaram já no primeiro projeto de extensão. A essas ações, se associam frentes de pesquisa que se dedicam a investigar as implicações das mais recentes alterações climáticas na região do entorno da escola, apostando que a convivência de estudantes e pesquisadores em design com mestras e mestres de conhecimentos tradicionais, tais como nossas parceiras e parceiros indígenas, quilombolas e de terreiro, podem apontar caminhos de retomada e composição de modos de fazer e habitar que estejam a serviço da manutenção de condições de vida, na t(T)erra.

Nesta comunicação, apresentamos a trajetória dessas pesquisas que se organizam por meio de ações extensionistas, visando atualizar e ampliar, assim, as possibilidades de ensino e aprendizagem em design, para além do paradigma dominante no campo, que se organiza segundo abordagens desenvolvimentistas, industrialistas e elitistas. Com isso, buscamos contribuir para o debate em torno das possibilidades para o fazer design no tempo presente. Em um primeiro momento, discutimos o fazer design diante do antropoceno; em seguida, comentamos sobre as confluências afroindígenas que temos vivenciado nessa escola de design; por fim, apresentamos o projeto de extensão “Cozinha das Tradições”, a partir de onde ensaiamos colocar em prática as questões de pesquisa levantadas nas duas primeiras sessões desta comunicação.

## 2 Fazer design no antropoceno

Com esta pesquisa, em andamento, buscamos repensar o fazer design diante dos dilemas, desafios e potencialidades colocados pela emergência de uma nova era geológica na história do planeta Terra, marcada por intensas e vertiginosas alterações ambientais. Essa nova era vem sendo designada a partir de uma marca cada vez mais evidente, que está associada a um determinado tipo de ação humana: o Antropoceno.

Não há um consenso científico em torno do marco inicial do Antropoceno, mas algumas hipóteses tem sido levantadas: um conjunto de cientistas identifica a Revolução Industrial, no século XVIII, como seu marco inicial, uma vez em que a industrialização que se expande naquele período passa a impactar globalmente o clima e os ecossistemas do planeta. Outra vertente defende que o Antropoceno se inicia bem antes, com o advento da agricultura. Avançando nesta direção, alguns pesquisadores levantam a possibilidade, então, de se associar o Antropoceno ao próprio advento da Humanidade. Ainda outro grupo vincula o Antropoceno à Grande Aceleração, que marca um aumento substancial nos indicadores de alteração climática a partir de 1950.

O investimento em torno das tentativas de validar uma datação precisa não gerou ainda algum tipo de consenso entre os cientistas, e o debate sobre a marcação científica do Antropoceno vem sendo tema de discussão também na filosofia da ciência e da tecnologia, assim como nas ciências sociais. Cabe, agora, às ciências sociais aplicadas, tais como design, tomar parte neste importante debate. Afinal, a caracterização do Antropoceno como uma nova era geológica determinada pelo impacto da ação humana na Terra traz à tona a necessidade de avaliações

científicas transdisciplinares rigorosas sobre os impactos humanos nas dinâmicas planetárias. A cada campo do conhecimento recai um conjunto de desafios, dilemas, mas, também, potencialidades, naquilo que diz respeito, então, à consideração do que nos cabe, enquanto cientistas, fazer diante do Antropoceno. Em design, esse se torna um debate urgente, uma vez que os profissionais da área encontram seu campo de atuação sobretudo junto à indústria e ao setor de serviços e bens de consumo.

Assim como no caso do Antropoceno, a emergência do design tem sido associada a vários marcos temporais, curiosamente similares aos que são aventados para datar o início da nova era geológica. Entre os teóricos e historiadores de design, as diversas vertentes apontam os seguintes possibilidades: a Revolução Industrial; o capitalismo; a *plantation* - entendida aqui como sistema complexo de tecnologias e modos de produção que se escalou, dando origem à capitalismo global; e, também, a própria “H” humanidade, que se constitui conceitualmente como distinta da Natureza, o que informa a noção de excepcionalismo humano, um dos pilares do pensamento moderno ocidental.

Por isso tudo, entendemos que investigar o que implica fazer design diante do Antropoceno é uma necessidade premente em nosso campo de estudos. Afinal, design se insere dentre as áreas de conhecimento ocidental moderno associadas à produção industrial e a concepções de mundo desenvolvimentistas, ações humanas responsáveis pela escalabilidade em níveis globais, e, conseqüentemente, pela aceleração massiva do desgaste planetário. Assim, rever as bases em que se assentam as práticas de design diante do Antropoceno é uma tarefa urgente e incontornável, que profissionais e pesquisadores da área não mais poderão adiar. É curioso notar que este ainda não é tema expressivo nas pesquisas na área, sobretudo no Brasil.

Muitos autores têm apontado que o Antropoceno não evidencia a marca de toda e qualquer atividade humana na Terra, mas, sim, uma determinada ação de certos humanos, associada à aceleração da retirada de recursos naturais - o extrativismo, a fim de incrementar e acelerar a produção de energia e demais meios para sustentar o industrialismo, o desenvolvimentismo, a urbanização e a globalização. Em uma perspectiva histórica, isso se associa à expansão européia do início da era moderna, que culmina na ocupação de territórios com fins coloniais e extrativistas, e no escalonamento da produção industrial capitalista em uma dimensão monocultural global, que decorre deste processo.

O desenvolvimentismo industrialista e urbanizador, que marca tão intensamente a história do Brasil, é uma das razões da Grande Aceleração a que alguns teóricos creditam o advento do Antropoceno. Obcecado com a projeção e antecipação de futuros, o desenvolvimentismo que informa o campo profissional do design teria nos levado, ironicamente, então, ao quadro em que nos encontramos hoje: a ameaça da impossibilidade da continuidade das condições para a manutenção da vida na Terra. O que indica que foi exatamente a obsessão com o planejamento de futuros o que nos teria conduzido ao impasse em que nos encontramos hoje. A esse fenômeno, o filósofo do Design Tony Fry (2020) denomina desfuturização.

O Antropoceno decorre, sobretudo, então, das conseqüências não planejadas da instalação de infraestruturas de grande escala. Isso é o que a antropóloga Anna Tsing (2022) denomina de “designs não intencionais”, que contribuem para criar regiões no planeta onde o Antropoceno se apresenta com maior intensidade. Design, ciência da projeção, do projeto com vias a implementação futura, que está sempre em busca de antecipar futuros que sejam materializados em escala industrial global, vê-se, então, confrontado pelas urgências do Antropoceno.

Se desdobram, daí, algumas questões de interesse: como interromper, agora, no presente,

a Grande Aceleração que se tornou vertiginosa a partir da segunda metade do século XX, e que ganha novos contornos com a expansão das tecnologias da informação, e, mais recentemente, da inteligência artificial? Como podemos inverter a equação e produzir uma ciência do projeto que garanta as condições de habitabilidade no planeta? Como projetar futuros possíveis para humanos e outros que humanos? Como revitalizar as regiões já violentamente afetadas pelo Antropoceno? Como reverter a tragédia do racismo ambiental, que impõe a violência antropocêntrica aos mais pobres, periféricos e racialmente marcados? Que tipos de conhecimentos podemos mobilizar para dar conta de tais tarefas? Como retomar conhecimentos tradicionais dos povos originários e dos povos vinculados à diáspora africana, aqueles que ainda sabem viver, junto à terra, de modo sustentado? Eis algumas das questões que esta pesquisa vem buscando endereçar. Não tanto para apresentar respostas definitivas, mas, sim, apontando novos meios e métodos de fazer design diante do Antropoceno.

Para dar conta desta tarefa, o projeto se organiza em quatro frentes de investigação complementares: (1) revisão bibliográfica e levantamento do estado da arte de estudos sobre Antropoceno, dentro e fora do campo do design; (2) Antropoceno situado: investigação etnográfica, histórica, geontológica, narrativa e especulativa na região do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro; (3) aprender fazendo com as perspectivas afroindígenas; e (4) design como prática de correspondência permacultural. Nesta comunicação, sumário parte dos esforços de pesquisa relacionados aos tópicos 2 e 3 dessas frentes de pesquisa, comentando o modo com que temos experimentado vivenciar, na sala de aula e fora dela, a potência das confluências afroindígenas, e o que nelas se atualiza enquanto fazer coletivo e colaborativo, ou seja, como experimentamos, em meio a estes projetos, fazer junto em meio à diferença.

### 3 Confluências afroindígenas em uma escola de design

Em outros trabalhos, narrei e pensei-com algumas das experiências vividas junto aos estudantes e nossos convidados indígenas, na escola. Afinal, a força desses encontros tem sido um dos motes para a elaboração das ações no laboratório de pesquisa, nos últimos anos. Se entendemos a pesquisa como aquilo que somos levados a pensar a partir de nossas atividades extensionistas em sala de aula, escrever sobre o vivido é parte fundamental do processo de investigação e educação. Aqui, podemos pensar sobre o que temos testemunhado nesses encontros, em sala de aula, à luz de algumas ideias germinadas por pensadores indígenas e quilombolas, que ecoam, também, nos mais recentes trabalhos de alguns antropólogos.

A primeira delas nos convida a pensar as relações afroindígenas, considerando-as para além da triangulação que marca o mito de origem hegemônico no Brasil, que pretende definir o país como resultado de uma mistura harmoniosa entre bancos, negros e indígenas. Questionando as teorias hegemônicas da miscigenação no Brasil, o antropólogo Marcio Goldman nos convida a pensar em termos da contra-mestiçagem. Não no sentido de uma recusa da mistura em nome de uma pureza qualquer, mas no da abertura para a indeterminação que qualquer processo de mistura comporta, e para os cuidados com que essa abertura precisa ser tratada para que se sustente. Goldman tem pensado as “relações afroindígenas” no Brasil, em aproximação direta com o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, que nos convida a abordar tais questões em termos de confluência, cosmofobia e contracolônização.

Confluência é um conceito germinado pelo pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos. Por confluência, ele define “a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (Santos, 2023, p.04-05). Em sua abordagem “contracolônial”,

Bispo dos Santos confronta a filosofia ocidental que afirma o excepcionalismo humano, informando, com isso, o desenvolvimentismo e a “cosmofobia” colonial, que nos separam da terra e nos adestram ao modo de vida colonizador. Ao mesmo tempo em que busca compreender o que compõe o pensamento colonial, Santos recupera os conhecimentos das confluências “afroindígenas” (Goldman, 2015), ou “afropindorâmicas”, sugerindo, assim, caminhos para o pensamento que nos desviem do colonialismo epistemológico, abrindo possibilidades de “confluência” e “envolvimento” em meio à diferença.

O convite contracolonial de Bispo dos Santos é reforçado pelo pensador indígena Ailton Krenak (2020), quando ele nos instiga a escutar as vozes de seres “outros que humanos” (De La Cadena, 2010), como, por exemplo, as dos rios: sejamos água, ele propõe, e a isso ele associa a nossa capacidade de movimento e de mudar de rumo, sem a qual, ele sustenta, estaremos perdidos. Ainda pensando com os rios, nos adverte, novamente, Bispo dos Santos: “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende” (Santos, 2023b, p.04).

Isto parece muito próximo do que Marisol de La Cadena nos sugere com o termo *uncommoning*, quando ela comenta que os interesses partilhados não são necessariamente o mesmo interesse. Os encontros, as alianças e os acordos podem ser sustentados pelo fato de serem povoados por incomensurabilidades: uma condição que propicia a possibilidade de alianças alternativas, que acolhem a divergência constitutiva entre as partes, ou, citando Donna Haraway, que produz estranhos parentescos.

Destes encontros emergem certos tipos de comunalidade que são, antes de mais, invulgares. Práticas de vida que cuidam de interesses em comum, mas não do mesmo interesse. Alianças que rejeitam as políticas de igualdade e provocam desacordos ontológicos entre aqueles que partilham uma situação sem nela estarem com os mesmos meios ou fins. Isso inaugura uma prática política completamente diferente: uma prática que se realiza por meio da possibilidade de coexistência e de alianças em meio à diferença e à divergência.

Tomar o espaço da universidade como um ente que tem vida, que tem história, tem sido um dos meios mobilizados para fomentar outras possibilidades de relação, ali, naquele espaço. Isso inclui, também, toda a vida além de humana, como a das árvores que povoam o *campus*, cujas raízes levantam o chão de algumas salas de aula, e cujos galhos caem sobre as salas, quebrando o telhado, assim como os insetos, tais como cupins e formigas, que chegam pelas árvores e tomam o espaço da escola, destruindo o que há de celulose nas mesas, cadeiras, portas e janelas. Isso inclui os mais de cinquenta gatos que coabitam neste espaço, mas, também, ratos, e as muitas folhas que caem no chão todos os dias.

Convidar parceiros indígenas, quilombolas e de terreiro para estar conosco em sala de aula, e, ao mesmo tempo, sair de sala de aula, em sua companhia, trazendo as vidas do entorno para dentro de sala, provocando encontros inusitados, tem sido, então, um dos tantos modos com que temos experimentado tomar a vida no *campus* e as questões mais amplas que nos atravessam enquanto comunidade acadêmica em uma universidade pública no Brasil, hoje, como mote para uma série de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão em que a sensibilização para percebermos onde estamos e que vidas nos cercam seja passa a ser o mote principal do processo educacional.

As presenças de comunidades tradicionais, indígenas e de matriz afrodiaspórica em nosso *campus* trazem toda uma outra dimensão para as relações afroindígenas que se manifestaram, nos primeiros encontros do projeto de extensão, alguns anos atrás. Percebo, então, o espaço do nosso

*campus* como um terreno onde, pouco a pouco, podemos construir relações de habitação, encontro e reparação, que intensificam, em uma escala micropolítica, propostas políticas que vêm sendo ensaiadas no Brasil desde o início de nossas tentativas de redemocratização, ainda nos anos 1980, tais como a formulação de leis que garantem os direitos culturais e territoriais de populações indígenas e quilombolas, leis de proteção à diversidade racial e à liberdade religiosa, assim como ações de reparação das desigualdades sociais e raciais.

#### 4 A retomada do fazer junto em meio à diferença

No ano passado, nosso *campus* abrigou parte do Congresso Brasileiro de Agroecologia, que acontecia em um espaço vizinho. A organização do congresso nos pediu autorização para construir cinco fornos em uma parte do nosso terreno que não está edificada. A proposta seria realizar, ali, ao longo dos três dias do congresso, oficinas de cozinha lideradas por mulheres indígenas, quilombolas e de terreiro. Após o fim do encontro, fui procurada pelas organizadoras das oficinas, que me propuseram uma parceria para dar continuidade às ações em torno da Cozinha das Tradições. Desde o início do ano, então, temos nos reunido com pessoas e comunidades indígenas, quilombolas e de terreiro, para cozinhar junto com os estudantes, e, por meio da cozinha, pensar em como dar continuidade a este projeto.

O projeto "Cozinha das Tradições" (CdT) é um programa de pesquisa-ação, formação e extensão em rede, que celebra e valoriza a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais do estado do Rio de Janeiro, sobretudo a partir das memórias vivas praticadas hoje, existentes nos territórios. Foi construído a partir do mapeamento de mestras e mestres das cozinhas tradicionais em todo o estado, e culminou na criação de um espaço nessa escola de design, localizada no centro histórico da capital fluminense. O projeto foi desenvolvido no contexto do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em novembro de 2023.

A mobilização para a CdT começou com a organização, sensibilização e identificação de mestras e mestres dos saberes tradicionais relacionados ao saber fazer da cozinha tradicional. Foram desenvolvidas 10 oficinas em diferentes regiões do estado do Rio, além de reuniões *online* colaborativas para a organização dos encontros presenciais com o objetivo de identificar e aproximar mestras, mestres de territórios tradicionais e agroecológicos, além de mobilizar os territórios para o 12º CBA. As aproximações e as oficinas e articulações nos territórios foram realizadas em diálogo com o desenvolvimento do projeto Afluentes do Rio (uma pesquisa-ação, promovido pela Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ) e executado pela AS-PTA), e com articulações com a Fiocruz, com o GT Indígena da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e com a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ).

O espaço da CdT na escola de design foi concebido coletivamente como um ambiente para vivência experimental, oficinas e encontros de saberes e práticas relacionados ao debate das culturas e das tecnologias alimentares, por meio de um debate mais amplo sobre saúde coletiva, protagonismo feminino, patrimonialização e a imaterialização e materialização relacionadas aos povos e comunidades tradicionais. Por meio de mutirões, foram construídos fornos tradicionais das etnias Pankararu e Guajajara, e por comunidades quilombolas, sobretudo da zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, bem como fogões de lenha utilizados e feitos por outras comunidades por essas comunidades. Os mutirões contaram com a participação de representantes dos



territórios tradicionais envolvidos, formando, assim, um espaço de valorização das tecnologias e culturas ancestrais, que puderam interagir com os conhecimentos acadêmicos.

O CBA, realizado de 21 a 23 de novembro de 2023, foi aberto ao público e gratuito. Na CdT, mestres e mestras da culinária de diversos territórios, junto com os participantes do evento, puderam se reunir, cozinhar juntos, conversar e trocar saberes. Nos debates, eram também abordados os desafios presentes em seus territórios, e como a memória alimentar contribui para a construção e fortalecimento das identidades culturais de cada território. Participaram mestres e mestras de comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, povos de terreiros e das favelas cariocas, com destaque para as mulheres, que são protagonistas nas cozinhas tradicionais de todos os territórios envolvidos.

Foram preparados cerca de vinte pratos, como o Cantão de Banana, do Quilombo Conceição do Imbé; Fubá Suado, do Quilombo Cruzeiro; Peixe à moda quilombola, do Quilombo Baía Formosa; Angu com Taioba, do Quilombo Cafundá Astrogilda; Sopa de Mato, do Quilombo Dona Bilina; Paçoca de Banana Verde, do Quilombo do Campinho; peixe com farinha d'água do povo Guajajara; beiju de mandioca com peixe do povo Pankararu, dentre muitos outros.

Após o término do CBA, a escola de design e a universidade reconheceram o espaço da CdT como um *locus* altamente relevante para a continuidade da interação de experiências entre mestres e mestras, a população da cidade e toda a comunidade acadêmica carioca e fluminense. Este espaço tem se mostrado potencialmente inovador, favorecendo a interação e a produção coletiva entre diferentes meios de produção de conhecimento. Além disso, tem o potencial de envolver diversas áreas do saber, sensibilizando a população da cidade e do estado para debates que vinculam os conhecimentos tradicionais e contemporâneos a partir da alimentação, como saúde, nutrição, história, antropologia, sociologia, questões ambientais, arte, arquitetura, urbanismo e design.

Em 2024, CdT foi registrada como projeto de extensão na universidade. Desde o início do ano, mutirões e reuniões têm sido realizados para a manutenção, cuidado e melhoria do espaço. Há uma crescente mobilização de estudantes, pesquisadores e professores para garantir melhorias no espaço de modo a que possam ser realizadas oficinas e outras atividades de pesquisa-ação, ensino e extensão, bem como eventos e intercâmbios que valorizem as mestras e mestres detentores de saberes e tecnologias ancestrais.

A Cozinha das Tradições também tem, também, promovido a mobilização de grupos comunitários na cidade, como a Aldeia Vertical, o Quilombo Cafundá Astrogilda e o Caxambu do Morro do Salgueiro, e em outras áreas do estado, como no caso do Ilê Axé Omin Otá Odara, além de instituições como a Fiocruz, Associação Brasileira de Agroecologia, a associação Agricultura Familiar e Agroecologia, a Fundação Progresso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro, a Fundação Cultural Palmares, o Ministério das Mulheres e o Programa Mundial de Alimentos da ONU (WFP). Com essa capacidade de seguir mobilizando diversas comunidades e instituições para pensar a cultura alimentar a partir da perspectiva dos povos tradicionais, de terreiros, das favelas, e agricultoras(es) urbanas(os), a CdT é um valioso legado do CBA para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

Na CdT, tomamos o espaço e as atividades em torno da atividade de cozinhar como terreno para uma investigação em torno das possibilidades de “fazer-mundo-com” (Haraway, 2023) agenciadas por mulheres diversas, dentre elas cientistas, estudantes, mestras de comunidades tradicionais e moradoras da cidade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa por meio da extensão, produzindo aprendizados incomuns, que se estabelece por meio de uma perspectiva

contracolonial (Bispo dos Santos, 2023) entre os campos do design e da antropologia, e que opera por abordagens metodológicas próprias ao campo do design participativo, design colaborativo ou codesign.

O propósito do projeto da CdT é investigar como diversas mulheres, reunidas em torno de atividades conduzidas por mestras de comunidades tradicionais, podem, em aliança, produzir e promover melhores condições para a sustentação da vida. Por meio de atos de cozinhar junto, busca-se observar como esses encontros-na-diferença podem promover e ampliar as possibilidades de criação de mundos ainda possíveis. O projeto abarca, então, questões relativas à produção coletiva de cuidado, saúde, cultura, tecnologia e sustentabilidade orientadas pelo protagonismo feminino interseccional.

Por meio deste projeto, interessa investigar as possibilidades de parceria, desenho coletivo e participação, partindo, sempre, de uma perspectiva social, e, portanto, extensionista. O contato com a sociedade, para além dos muros da universidade, é peça chave de nossas abordagens de pesquisa, ensino e extensão. Há alguns anos, viemos nos aproximando dos mundos indígenas, e com a CdT, temos tido oportunidade de ampliar o campo das alianças, aproximando a comunidade acadêmica a comunidades não somente indígenas, mas, também, quilombolas e de terreiro.

O potencial de desenho coletivo, e de desenvolvimento de inovações no âmbito das tecnologias ditas sociais, associando-se conhecimentos tradicionais ao campo do design e da inovação é gigantesco neste projeto. Abrir o *campus* da escola para que a população da cidade e do Estado possa participar de oficinas de plantio, alimentação e culturas tradicionais, articuladas aos conhecimentos de design e antropologia que praticamos no laboratório de pesquisa é o objetivo deste projeto de extensão.

No campo do desenho industrial, ou design, lidamos com o planejamento e a produção da materialização de melhores condições de vida para os habitantes do planeta. Hoje, entretanto, sabemos que a aceleração desenvolvimentista, capitalista, industrial e urbana gerou uma série de impasses para a continuidade da vida no planeta. Esse fenômeno tem sido descrito e analisado por meio da noção de Antropoceno, que marcaria uma nova era geológica marcada pela intervenção humana na Terra.

Nesse contexto, cabe aos designers investigar outros meios para a promoção da manutenção e da melhoria das condições de habitabilidade entre nós. Os povos e comunidades tradicionais tem agenciado a sustentação de modos de vida viáveis, acumulando saberes e fazeres que salvaguardam culturas e tecnologias para além dos meios desenvolvimentistas e industriais.

Na CdT, a cultura alimentar é entendida como expressão cultural e tecnológica vinculada à história dos povos. Promovendo ações extensionistas no campo da cultura alimentar, a CdT visa fomentar, de modo mais amplo, uma integração prática entre culturas e tecnologias tradicionais, conhecimentos acadêmicos e o estreitamento de relações de transmissão de conhecimento com os habitantes do Rio de Janeiro e do Brasil. A CdT surge, então, como uma resposta aos desafios contemporâneos no que tange à conscientização quanto aos perigos do exacerbamento da industrialização, quando associada à saúde coletiva, ao cuidado com o meio-ambiente e com as culturas tradicionais.

Por meio de eventos como oficinas, vivências, feiras e rodas de conversa, a Cozinha das Tradições se propõe a ser um ambiente de preservação e fortalecimento da diversidade cultural e tecnológica, buscando resgatar e valorizar os saberes e fazeres culinários das diversas comunidades que compõem o tecido social do Rio de Janeiro em associação ao campo do design

colaborativo. Mais do que uma simples cozinha, este é um lugar de experimentação prática em torno da memória alimentar, onde histórias são contadas por meio de aromas e sabores, e onde a comida se torna um instrumento potente de integração prática entre tradição e inovação, desenho coletivo, inclusão social e empoderamento comunitário.

A metodologia da CdT é participativa, seguindo as abordagens do design colaborativo, tal como praticado por nós no laboratório de pesquisa a que o projeto está associado. Sendo um elemento central no projeto, a artesanaria da colaboração reúne uma série de dispositivos metodológicos para facilitar o fazer colaborativo entre atores distintos, tais como professores e estudantes da universidade, e membros de comunidades e povos tradicionais.

Primeiramente, são realizados encontros e oficinas entre os membros da comunidade acadêmica acadêmica envolvidos no projeto, junto aos mestres e mestras dos coletivos tradicionais parceiros da CdT. Nesses encontros, promove-se a escuta do que as mestras e mestres trazem como memória de suas culturas e tecnologias de cultivo e alimentação. Em seguida, busca-se criar um entendimento comum do que é possível realizar em parceria com professores e alunos da escola de design, nos seus cursos de design e arquitetura e urbanismo. A esses grupos, reúnem-se parceiros externos, de outras unidades acadêmicas da universidade, assim como de outras universidades. Coletivamente, se desenha os cursos e oficinas que cada coletivo tradicional promoverá. Em paralelo, mensalmente, todos os participantes do projeto organizam um evento aberto, que reúne rodas de conversa, fazer comida junto, feira, e atividades culturais.

Ao fim de cada oficina ou evento, os participantes se reúnem para avaliar o que foi bem sucedido e o que pode ser experimentado de outra forma. Em todas essas etapas, a comunidade acadêmica se coloca em estado de escuta atenta ao protagonismo dos parceiros das comunidades tradicionais, o que é uma das metas da CdT, a saber: garantir o protagonismo no espaço da universidade àquelas e àquelas que tradicionalmente são colocados à margem do ensino formal. Assim, busca-se reconhecer os conhecimentos tradicionais, valorizando a sua capacidade de contribuir para a manutenção das condições de habitabilidade na Terra.

## 5 Considerações finais

Nesta comunicação, apresentamos a trajetória de uma série de experimentos de ensino, pesquisa e extensão que se organizam por meio de ações extensionistas, e que te por fim atualizar e ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem em design para além do paradigma dominante no campo, que se organiza segundo abordagens desenvolvimentistas, industrialistas, elitistas e, em grande parte, racistas.

Com esse relato, buscamos contribuir para o debate em torno das possibilidades para o fazer design no tempo presente, em que a emergência climática e o racismo ambiental colocam uma série de desafios, também para nós, pesquisadores em design. Se temos de nos preparar para enfrentar os desafios colocados pelo Antropoceno, nos parece que a reunião e o encontro com pessoas que vivem em comunidades tradicionais, onde a sustentação de todos os modos de vida é uma ética colocada em prática a todo o tempo, é um dos caminhos a ser levado a cabo, também, nas universidades.

Retomar o fazer junto em meio à diferença em nossos estudos em design, valorizando as confluências afroindígenas que apontam para caminhos ainda possíveis, pode ser um modo de fazer frente aos desafios que se nos coloca esse tempo espesso que alguns cientistas têm denominado de Antropoceno.

## 6 Referências

ANASTASSAKIS, Z. **Triunfos e Impasses: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e o design no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora/Fundação Carlos Chagas de Apoio a Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, 252p.

DE LA CADENA, M. **Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “Politics”**. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 2, 2010, p. 334-370.

FRY, T. **Defuturing: A New Design Philosophy (Radical Thinking in Design)**. New York: Bloomsbury, 2020.

GOLDMAN, M. **“Quinhentos anos de contato”. Por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem**. *Mana* 21(3): 2015, p. 641-659.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

KRENAK, A. **A vida não é útil. Ideias para salvar a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TSING, A. **O cogumelo no fim do mundo. Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2022.